

Concessionária do Bloco Central S.A.

**Demonstrações Financeiras
referente aos exercícios
findos em 31 de dezembro
de 2025 e 2024 e relatório
dos auditores
independentes.**

Conteúdo

Relatório da administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	11
Balancos patrimoniais	14
Demonstrações dos resultados	15
Demonstrações dos resultados abrangentes	16
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	17
Demonstrações dos fluxos de caixa – Método indireto	18
Notas explicativas às demonstrações financeiras	19

Relatório da Administração

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Sobre a Companhia

1.1 Aos Acionistas

Submetemos à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Concessionária do Bloco Central, acompanhadas do Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e expressando os resultados alcançados no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025.

1.2 Destaques do ano de 2025

O ano de 2025 é marcado pela consolidação da transição entre a Fase I-B e a Fase II do Contrato de Concessão, após o cumprimento integral, ao final de 2024, do prazo contratual e dos investimentos obrigatórios associados à Fase I-B, destinados à adequação da infraestrutura aos normativos e às disposições do Contrato de Concessão nos 6 (seis) aeroportos que compõem o Bloco Central. Na atual Fase II, a Concessionária passa a operar sob um novo regime contratual, com foco na manutenção, na gestão da infraestrutura aeroportuária e no atendimento contínuo aos padrões de desempenho estabelecidos.

Em fevereiro de 2025, houve mudança na estrutura organizacional, e a posição de vice-presidente da Plataforma foi assumida pelo Waldo Edwin Perez Leskovar antes ocupada por Fábio Russo

O tráfego de passageiros cresceu 7,3% frente a 2024, alcançando 8,35 milhões de passageiros, enquanto a movimentação de cargas de importação e exportação reduziu 23% no mesmo período, totalizando 1,8 mil toneladas. Como destaque no campo comercial para os aeroportos do bloco, foram 22 novos contratos de varejo e alimentação assinados, com 484,8m² de área bruta locável (ABL) e 35 inaugurações ao longo do ano.

Dentre outras importantes ações comerciais ocorridas, destacam-se:

- 11 (onze) inaugurações de operações de varejo, alimentação e locadora em São Luís;
- 11 (onze) inaugurações de operações de varejo, alimentação e sala VIP em Teresina;
- Assunção do estacionamento de São Luís pela Estapar em fevereiro;
- Inauguração da sala VIP de Teresina após a conclusão das obras da F1B.

2. Governança, Gestão e Estratégia Corporativa

2.1 Administração

A Companhia possui uma estrutura de governança corporativa que inclui o Conselho de Administração e a Diretoria Executiva. A governança corporativa da companhia tem como principal objetivo conduzir, continuamente, os processos decisórios e de gestão, garantindo qualidade e respeito aos interesses dos acionistas e demais partes interessadas, visando promover equilíbrio, igualdade de interesses e transparência nos processos de tomada de decisão.

O Conselho de Administração é hoje composto por cinco membros eleitos pela Assembleia Geral, todos com prazo de gestão por dois anos, admitida a reeleição.

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, a diretoria executiva é composta por um CEO e seis vice-presidentes com designações específicas. Os representantes da diretoria executiva são eleitos pelo Conselho de Administração, com prazos de gestão de dois anos, permitidas reeleições.

Além da estrutura diretiva estatutária, a Companhia adota um modelo de gestão por plataformas de negócios. A Plataforma de Aeroportos é responsável pelos ativos concessionados nos Blocos Sul, Central e Pampulha, com estrutura executiva dedicada para garantir disciplina operacional, desempenho financeiro e aderência regulatória.

2.2 Gestão de Pessoas

Em 2025, a Motiva avançou na consolidação de sua cultura organizacional na plataforma Aeroportos, com uma agenda integrada de desenvolvimento, inclusão e cuidado com as equipes. A área de Pessoas liderou iniciativas estruturantes que fortaleceram competências essenciais, ampliaram diversidade e promoveram bem-estar.

Desenvolvimento e Formação

O Programa Decola Aeroportos seguiu em expansão, com foco em *soft skills* e adesão de 50% do quadro, alcançando mais de 80% de conclusão, reforçando a cultura de aprendizagem contínua.

Novas iniciativas também foram implementadas:

- Decola Jovem: modelo estruturado de desenvolvimento para jovens aprendizes, com ênfase em cuidado integral e saúde mental.
- Capacita PcD: formação profissional dedicada a pessoas com deficiência, ampliando inclusão e empregabilidade.

- MentorAr: mentoria cruzada entre gerentes e supervisores, fortalecendo a transferência de conhecimento e preparando os supervisores para futuro novos desafios.
- Altitude 90: acompanhamento intensivo para novos líderes nos primeiros 90 dias, acelerando adaptação e reforçando comportamentos de liderança.

A empresa ainda executou o piloto Rota do Equilíbrio, com sessões de *mindfulness* e práticas de bem-estar, promovendo saúde emocional e ambientes de trabalho mais saudáveis.

Todos os programas foram conduzidos de forma integrada na plataforma aeroportos, que opera sob estrutura matricial com compartilhamento de recursos entre unidades.

Segurança Operacional e Bem-Estar

A segurança permaneceu como prioridade estratégica, com iniciativas preventivas alinhadas à meta corporativa de zero acidentes e ao fortalecimento dos padrões operacionais.

Em dezembro de 2025, o Bloco Central registrou 323 colaboradores efetivos, mantendo avanços relevantes em diversidade:

- 45,5% de mulheres em posições de liderança,
- 52,4% de representatividade multirracial,
- 133% de cumprimento da cota legal de PcD.

2.3 Partes Relacionadas

De acordo com o contrato de concessão, entende-se por parte relacionada referente à Companhia, qualquer controladora, coligada e respectivas controladas, bem como aquelas assim consideradas pelas normas contábeis em vigor.

De forma a garantir a governança em suas transações comerciais com partes relacionadas, cuja finalidade principal é garantir a lisura e transparência nos procedimentos, a utilização de parâmetros de mercado para contratações e o cumprimento das cláusulas contratuais, o contrato de concessão estabeleceu a necessidade de publicação e implementação de uma Política de Transações entre Partes Relacionadas pela Concessionária, a qual estabelece procedimentos específicos que devem ser observados neste tipo de contratação em linha com as previsões contidas no contrato de concessão a respeito deste tema.

Todo e qualquer contrato a ser realizado com parte relacionada deverá ser enviado à ANAC em até 15 (quinze) dias após a sua celebração com a justificativa da Companhia para a contratação com a parte relacionada em vistas das alternativas de mercado.

2.4 Responsabilidade Social

Em 2025, a Motiva Aeroportos, em parceria com o Instituto Motiva, consolidou sua atuação social nos municípios onde opera. Ao longo do ano, foram promovidas ações estruturadas nos eixos estratégicos de Educação e Cultura, Saúde e Segurança, Mobilidade e Cidades Sustentáveis. O conjunto dos projetos reforça o compromisso da empresa com o desenvolvimento local e a geração de impacto social positivo.

Saúde, Bem-Estar e Esporte

O programa Caminhos para a Saúde foi um dos destaques do ano, oferecendo às comunidades atendimentos como testes de glicemia, aferição de pressão arterial, cálculo de IMC, corte de cabelo, massagem e atividades recreativas para crianças. As equipes dos aeroportos também atuaram com orientações sobre meio ambiente e segurança aeroviária, ampliando o alcance educativo da iniciativa.

Outra frente de grande mobilização foi o Circuito de Corridas realizado nas pistas dos aeroportos de Goiânia, Palmas, São Luís e Teresina, aproximando as comunidades dos espaços aeroportuários e incentivando hábitos saudáveis. Em Teresina e Imperatriz foram criados núcleos de skate para crianças, promovendo inclusão por meio do esporte. O projeto Cultivar Esportes ampliou sua presença com núcleos de vôlei e judô em escolas e centros esportivos de São Luís, Palmas e Teresina.

Voluntariado e Meio Ambiente

Em 2025, foram promovidas ações de voluntariado com a participação de profissionais dos aeroportos. Entre os destaques, estão mutirões de limpeza de praias e margens de rios em São Luís, Petrolina e Palmas. As iniciativas ambientais também incluíram plantio de árvores, revitalização e criação de jardins, além da implantação de hortas em escolas, fortalecendo práticas sustentáveis nas comunidades.

Educação e Cultura

Com foco na formação e no desenvolvimento de crianças e jovens, a Motiva Aeroportos realizou diversas ações educativas. As visitas guiadas aos aeroportos ao longo do ano permitiram apresentar conceitos de segurança operacional e preservação ambiental de forma prática e acessível. Além disso, foram implantadas bibliotecas multiuso em duas escolas municipais de Imperatriz, ampliando o acesso à leitura e ao conhecimento.

Desempenho Ambiental

A Motiva Aeroportos segue promovendo transformação social nas cidades em que atua, por meio de iniciativas em Educação e Cultura, Saúde e Segurança, Mobilidade e Cidades Sustentáveis. Em 2025, os

aeroportos do Bloco Central ampliaram o relacionamento com as comunidades vizinhas, com projetos que aproximam o aeroporto do cotidiano das pessoas e fortalecem o desenvolvimento local.

O voluntariado seguiu como pilar importante.

Em todos os aeroportos, colaboradores e parceiros se envolveram em revitalizações de espaços escolares e comunitários, atividades com idosos e crianças e ações de educação ambiental. Foram realizados mutirões de limpeza em rios e lagoas, com destaque para as mobilizações no Rio Tocantins (Palmas) e no Rio São Francisco (Petrolina), reforçando o cuidado com os recursos naturais e estimulando o descarte correto de resíduos.

Com relação aos aspectos ambientais, a Motiva Aeroportos manteve, em 2025, seu modelo de parceria com cooperativas para a destinação de recicláveis, integrando organizações comunitárias à cadeia da reciclagem. Imperatriz e Palmas se destacaram pelo trabalho direto com cooperativas regionais, enquanto Goiânia, Petrolina, Teresina e São Luís operaram com gerenciamento estruturado e rotinas de triagem, coleta e destinação ambientalmente adequada, sempre que possível privilegiando o vínculo com iniciativas locais.

O gerenciamento do ruído aeronáutico é realizado nos seis aeroportos do bloco. Os planos específicos de zoneamento do ruído são atualizados e disponibilizados ao público em canais digitais. Além dos Planos, são realizadas reuniões periódicas com a comunidade e órgãos competentes para esclarecer dúvidas e acolher sugestões, mantendo o diálogo aberto sobre o convívio entre a operação aérea e o entorno urbano.

São mantidos canais permanentes de diálogo, com ouvidoria ativa, atendimento a demandas locais e ações informativas sempre que obras ou ajustes operacionais possam impactar a rotina das pessoas. Em cada território, a comunicação é realizada em linguagem clara, com materiais explicativos, atualização de páginas específicas no site e encontros presenciais quando necessário, garantindo transparência e proximidade.

Com relação à segurança operacional dos aeroportos, aprofundamos as atividades de conscientização com escolas e moradores sobre destinação correta de resíduos, guarda responsável de animais e condutas proibidas nas proximidades dos aeroportos (como o uso de drones, pipas e laser). Com o Programa de Gerenciamento do Risco da Fauna, foi realizada a redução de atrativos para aves e outros animais e reforçamos uma cultura de segurança compartilhada entre aeroporto e comunidade.

Sobre biodiversidade, quando intervenções de infraestrutura são necessárias, adotamos medidas para evitar, mitigar e compensar impactos ambientais, em linha com o licenciamento aplicável. Em situações que exigem supressão pontual de vegetação ou movimentação de solo, atuamos com recomposição florestal,

plantio de espécies nativas e monitoramento de fauna, buscando recuperar áreas e manter a integridade ambiental dos territórios.

O ano de 2025 reafirmou o papel dos aeroportos do Bloco Central como espaços de conexão, serviço e cuidado. Ao fortalecer educação, cultura, esporte, saúde e meio ambiente, a Motiva Aeroportos consolida uma relação respeitosa e duradoura com as comunidades vizinhas, para que cada aeroporto seja não apenas um ponto de partida ou chegada, mas também um agente de transformação positiva nos lugares onde está presente.

3. Desempenho Econômico e Financeiro

3.1 Receita

R\$ mil

Receitas Operacionais [1]	2025	2024	Variação
Receitas Tarifárias	239.980	214.526	11,9%
Receitas Não Tarifárias	121.297	107.033	13,3%
Receitas Serviços Partes Relacionadas	170	330	-48,5%
Receita Bruta	361.447	321.889	12,3%
Deduções da Receita Bruta	-45.763	-41.933	9,1%
Receita Líquida	315.684	279.956	12,8%

[1] Desconsidera Receita de Construção

Em 2025 houve um crescimento de 11,9% na receita tarifária, principalmente devido ao aumento na demanda de passageiros, associado ao aumento na oferta de assentos (+4,4% | +425mil) e um *load factor* maior (de 79,9% para 82,3%), além da superação de MTAs totais em +1,7%, devido à performance de aviação geral, conforme quadro abaixo:

Indicadores Operacionais	2025	2024	Variação
Número de Passageiros Totais (UNIDADE)	8.354.698	7.788.007	7,3%
Movimentação Total de Aeronaves (MTA) (UNIDADE)	114.348	112.452	1,7%
Volume de Cargas (TONELADAS)	1.792	2.315	-22,6%

A receita não tarifária teve um aumento de 13,3%, impactada principalmente pela boa performance das salas VIPs em Goiânia e São Luís e pelo desempenho superior de F&B em todos os aeroportos do bloco, decorrente das 19 inaugurações de operações de alimentação e bebidas (F&B) realizadas no ano e pela performance dos contratos de Car Rental e Car Parking. O crescimento de passageiros em 2025 também refletiu no crescimento da receita não tarifária.

3.2 Custos e Despesas

Em 2025 a Companhia atuou com foco estratégico em eficiência operacional, com redução do custo *per Pax* ano a ano.

No custo realizado comparado com o ano anterior, houve um crescimento de 3,8% (desconsidera custos de construção, depreciações e amortizações), inferior ao fechamento da inflação dos últimos 12 meses: 4,26% (fonte IBGE - base: dez/25).

As principais ações estão vinculadas ao foco estratégico, com reduções concentradas principalmente em melhoria na eficiência em despesas de pessoal e processos operacionais.

Para os próximos anos, a Companhia manterá o foco estratégico em eficiência operacional, na métrica de menor custo *per Pax*.

3.3 Dívida

Em janeiro de 2025 foi realizado o 2º desembolso no valor de R\$ 42 MM do FINEM/BNDES com remuneração de IPCA +8,05% AA, destinados à realização de investimentos subsequentes a conclusão da fase 1B.

4. Reconhecimentos e Prêmios

Em 2025, a pesquisa **Great Place to Work (GPTW)** reconheceu a Companhia — com destaque para a Plataforma de Aeroportos — entre as melhores empresas para se trabalhar, reforçando a consistência da cultura organizacional e o alinhamento entre liderança e equipes.

Os aeroportos de Goiânia (GO) e São Luís (MA), conquistaram a **certificação Nível 1 do Airport Carbon Accreditation (ACA)**, programa internacional que reconhece ações voltadas à gestão e à redução das emissões de carbono. Promovida pelo Conselho Internacional de Aeroportos (ACI), a iniciativa é considerada a principal referência global em sustentabilidade na aviação.

O projeto “Biodiversifica” da Motiva Aeroportos foi reconhecido com o **ACI-LAC Green Airport Recognition 2025 – Special Recognition** na categoria de biodiversidade pela *Airports Council International – Latin America & Caribbean* (ACI-LAC), uma premiação que destaca iniciativas ambientais excepcionais no setor aeroportuário da América Latina e Caribe. Essa distinção evidencia o compromisso da Motiva com práticas de conservação da biodiversidade e soluções baseadas na natureza, colocando sua ação entre as mais impactantes e inovadoras da região em gestão ambiental.

5. Considerações finais

Audidores Independentes

Em nosso relacionamento com o Auditor Independente, buscamos avaliar o conflito de interesses com trabalhos de não-auditoria com base no princípio de que o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, exercer funções gerenciais e promover nossos interesses. Entretanto, não contratamos nossos Auditores Independentes para trabalhos diversos daqueles correlatos à auditoria externa.

As informações financeiras aqui apresentadas estão de acordo com os critérios da legislação societária brasileira, a partir de demonstrações financeiras auditadas. As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais, não foram objeto de auditoria por parte dos Auditores Independentes.

Declaração da Diretoria

A Diretoria da Companhia declara que discutiu, reviu e concordou, por unanimidade, com as opiniões expressas no Relatório da KPMG Auditores Independentes Ltda. ("KPMG") sobre as demonstrações financeiras da Companhia, emitido nesta data, e com as Demonstrações Financeiras, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.

6. Agradecimentos

A Administração da Companhia agradece aos seus acionistas, aos diversos órgãos do poder público, a Agência Nacional da Aviação Civil, aos usuários, financiadores e instituições financeiras e parceiros, pelo apoio, confiança, empenho e comprometimento.

Agradecemos também aos nossos colaboradores pelo entusiasmo em sempre encarar todos os nossos desafios como oportunidades de aprendizados e crescimento.

São Paulo, 12 de março de 2026.

A Administração



KPMG Auditores Independentes Ltda.

Rua Verbo Divino, 1400 - Conjunto Térreo ao 801 – parte,

Chácara Santo Antônio, CEP 04719-911, São Paulo - SP

Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo - SP - Brasil

Telefone 55 (11) 3940-1500

kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores

da Concessionária do Bloco Central S.A.

São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Concessionária do Bloco Central S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Concessionária do Bloco Central S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e as normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas, conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Ainda, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em

continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 12 de março de 2026

KPMG Auditores Independentes Ltda.

CRC 2SP-014428/O-6



Marcelo Gavioli

Contador CRC 1SP201409/O-1

Concessionária do Bloco Central S.A.

Balancos patrimoniais

em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2025	2024
Circulante		74.132	99.301
Caixa e equivalentes de caixa	6	4.551	55.384
Aplicações financeiras	6	26.145	-
Contas a receber das operações	7.1	33.950	33.145
Contas a receber de partes relacionadas	9	187	72
Tributos a recuperar		2.924	4.145
Estoque		3.374	3.434
Despesas antecipadas		2.826	2.956
Adiantamentos a fornecedores		21	58
Outros créditos		154	107
Não circulante		1.709.178	1.548.810
Realizável a longo prazo			
Aplicação financeira - conta reserva	6	22.987	3.139
Contas a receber das operações	7.1	984	62
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8.2	45.860	39.704
Estoque		1.643	1.122
Tributos a recuperar		4.255	979
Outros créditos		138	138
Imobilizado	10	8.797	10.215
Intangível	11	1.555.049	1.341.197
Infraestrutura em construção	11	69.407	152.170
Direito de uso em arrendamento		58	84
Total do ativo		1.783.310	1.648.111
Passivo e Patrimônio Líquido			
Circulante		72.096	98.046
Empréstimos e financiamentos	14	10.876	2.164
Debêntures	15	13.575	11.947
Fornecedores	12	20.438	35.517
Contas a pagar a partes relacionadas	9	1.419	23.701
Obrigações sociais e trabalhistas	13	13.890	15.080
Impostos e contribuições a recolher		9.449	7.942
Passivo de arrendamento		31	31
Outras obrigações		2.418	1.664
Não circulante		1.109.766	1.041.227
Empréstimos e financiamentos	14	234.469	201.863
Debêntures	15	874.429	838.551
Fornecedores	12	386	140
Obrigações sociais e trabalhistas	13	11	75
Passivo de arrendamento		37	63
Provisão para riscos cíveis, administrativos, trabalhistas e previdenciários	16.1	7	55
Outras obrigações		427	480
Patrimônio líquido	17	601.448	508.838
Capital social		692.310	587.310
Reservas de capital		655	367
Prejuízos acumulados		(91.517)	(78.839)
Total do passivo e patrimônio líquido		1.783.310	1.648.111

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária do Bloco Central S.A.

Demonstrações dos resultados

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

	Nota	2025	2024
Receitas operacionais líquidas	18	457.762	753.234
Custo dos serviços prestados		(343.208)	(656.237)
Custo de construção		(142.078)	(473.278)
Serviços		(92.959)	(87.688)
Custo com pessoal		(47.134)	(45.585)
Depreciação e amortização		(28.365)	(15.698)
Materiais, equipamentos e veículos		(10.307)	(12.871)
Seguros		(3.732)	(2.959)
Energia elétrica		(13.309)	(10.642)
Aluguéis		(3.344)	(2.698)
Outros		(1.980)	(4.818)
Lucro bruto		114.554	96.997
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas		(27.554)	(26.211)
Despesas com pessoal		(11.812)	(11.970)
Serviços		(7.610)	(7.573)
Depreciação e amortização		(549)	(1.041)
Materiais, equipamentos e veículos		(206)	(169)
Campanhas publicitárias e eventos, feiras e informativos		(1.164)	(1.314)
Impostos, taxas e despesas com cartório		(872)	(741)
Gastos com viagens e estadias		(461)	(500)
Perdas com clientes		(1.789)	(385)
Aluguéis de imóveis e condomínios		(392)	(347)
Reversão (provisão) para riscos cíveis, administrativos, trabalhistas e previdenciários	16.1	48	(26)
Reversão para perda esperada - contas a receber das operações		(313)	349
Outras receitas (despesas) operacionais		(2.434)	(2.494)
Resultado antes do resultado financeiro		87.000	70.786
Resultado financeiro	19	(105.834)	(24.914)
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		(18.834)	45.872
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	8.2	6.156	(15.772)
Prejuízo (lucro) do exercício		(12.678)	30.100

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária do Bloco Central S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de Reais)

	2025	2024
Prejuízo (lucro) do exercício	(12.678)	30.100
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	(12.678)	30.100

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária do Bloco Central S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

	Nota	Capital social		Reserva de capital	Prejuízos acumulados	Total
		Subscrito	A integralizar	Plano de Incentivo de Longo Prazo		
Saldos em 1º de janeiro de 2024		935.705	(455.695)	127	(108.939)	371.198
Lucro do exercício		-	-	-	30.100	30.100
Integralização de capital social em 15 de fevereiro de 2024		-	60.300	-	-	60.300
Integralização de capital social em 20 de maio de 2024		-	17.000	-	-	17.000
Integralização de capital social em 8 de julho de 2024		-	30.000	-	-	30.000
Plano de Incentivo de Longo Prazo, liquidável em Ações		-	-	240	-	240
Saldos em 31 de dezembro de 2024		935.705	(348.395)	367	(78.839)	508.838
Prejuízo do exercício		-	-	-	(12.678)	(12.678)
Integralização de capital social em 25 de junho de 2025	17.1	-	61.000	-	-	61.000
Integralização de capital social em 5 de dezembro de 2025	17.1	-	44.000	-	-	44.000
Plano de Incentivo de Longo Prazo, liquidável em Ações	17.2	-	-	288	-	288
Saldos em 31 de dezembro de 2025		935.705	(243.395)	655	(91.517)	601.448

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária do Bloco Central S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa – Método indireto
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de Reais)

Fluxo de caixa das atividades operacionais	Nota	2025	2024
Prejuízo (lucro) do exercício		(12.678)	30.100
Ajustes por:			
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8.1	(6.156)	15.772
Depreciação e amortização	10 e 11	28.888	16.713
Baixa de ativo imobilizado	10 e 11	21	49
Depreciação - direito de uso de arrendamento		26	26
Reversão do ajuste a valor presente de arrendamento		6	7
Juros e variação monetária sobre debêntures, empréstimos e financiamentos	19	121.930	103.005
Capitalização de custo de debêntures, empréstimos e financiamentos	19	(16.583)	(81.644)
Variações cambiais sobre fornecedores estrangeiros	19	(132)	42
Provisão para perda esperada - contas a receber das operações	7.1	313	(349)
Constituição líquida de reversões e atualizações para provisões de riscos cíveis, trabalhistas, previdenciários e tributários	16.1	49	158
Comissão de fianças partes relacionadas	9 e 19	10.521	10.288
Rendimentos de aplicações financeiras		(4.729)	(818)
Plano de Incentivo de Longo Prazo, liquidável em Ações	17.2	288	240
Variações nos ativos e passivos			
(Aumento) redução dos ativos			
Contas a receber das operações	7.1	(2.040)	(3.158)
Contas a receber de partes relacionadas	9	(115)	99
Tributos a recuperar		1.304	1.694
Adiantamentos a fornecedores		37	273
Estoque		(461)	(439)
Despesas antecipadas e outros créditos		83	404
Aumento (redução) dos passivos			
Fornecedores	12	(14.701)	30.396
Contas a pagar a partes relacionadas	9	(32.803)	8.397
Impostos e contribuições a recolher		1.507	1.447
Pagamento de provisões para riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários	16.1	(97)	(132)
Obrigações sócias e trabalhistas		(1.254)	1.009
Outras obrigações		701	(3.407)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		73.925	130.172
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
Aquisição de ativo imobilizado	10	(377)	(949)
Adições ao ativo intangível	11	(144.979)	(494.216)
Outros de intangível	11	-	236
Aplicações financeiras liquidas de resgate		(10.329)	818
Aplicações na conta reserva		(30.935)	(3.139)
Caixa líquido usado nas atividades de investimento		(186.620)	(497.250)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Debêntures, empréstimos e financiamentos:			
Captações (líquidas de custos de transação)	21.2	40.850	211.928
Pagamento principal	21.2	(1.141)	(10.000)
Pagamento juros	21.2	(82.815)	(59.449)
Arrendamento:			
Pagamento		(32)	(32)
Integralização de capital	17.1	105.000	107.300
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento		61.862	249.747
Redução do caixa e equivalentes de caixa		(50.833)	(117.331)
Demonstração da redução do caixa e equivalentes de caixa			
No início do exercício		55.384	172.715
No final do exercício		4.551	55.384
		(50.833)	(117.331)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



1. Contexto Operacional

A Concessionária do Bloco Central S.A. (“Companhia” ou “Concessionária”), é uma sociedade anônima fechada domiciliada no Brasil. A sede está localizada na Rua Paes Leme, n.º 524, 4º andar, Pinheiros, na cidade de São Paulo, Estado São Paulo.

A Companhia foi constituída em 20 de maio de 2021 tendo o contrato de concessão assinado em 18 de outubro de 2021 por um prazo de 30 anos a partir da data de eficácia, qual seja, até 24 de novembro de 2051.

A Companhia é responsável pela prestação do serviço público de ampliação, manutenção e exploração da infraestrutura aeroportuária dos aeroportos Santa Genoveva em Goiânia/GO, Internacional Marechal Cunha Machado em São Luiz/MA, Senador Petrônio Portela em Teresina/PI, Brigadeiro Lysias Rodrigues em Palmas/TO, Prefeito Renato Moreira em Imperatriz/MA e Senador Nilo Coelho em Petrolina/PE.

Durante o primeiro trimestre de 2022 a Companhia concluiu o processo de assunção das operações junto à Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária – INFRAERO e cumpriu com todos os requisitos contratuais e regulatórios necessários para a certificação operacional da Companhia como operador aeroportuário. Sendo assim, em 9 de março de 2022, deu-se início as operações comerciais dos aeroportos Brigadeiro Lysias Rodrigues em Palmas/TO, Prefeito Renato Moreira em Imperatriz/MA e Senador Nilo Coelho em Petrolina/PE e em 24 de março de 2022, deu-se início as operações comerciais dos aeroportos Santa Genoveva em Goiânia/GO, Internacional Marechal Cunha Machado em São Luiz/MA e Senador Petrônio Portela em Teresina/PI.

Em 2023 iniciaram os investimentos necessários, previstos pelo Plano de Exploração Aeroportuária – PEA, para adequação das infraestruturas dos 6 aeroportos que compõem a Concessionária do Bloco Central S.A..

Em 2024, os investimentos foram concluídos, tendo como escopo, a depender do aeroporto, reforma, expansão e melhoria dos terminais de passageiro, ampliação de posições de pátios, adequações aos regulamentos vigentes entre outros.

O ano de 2025 foi marcado pela consolidação da transição entre a Fase I-B e a Fase II do Contrato de Concessão, após o cumprimento integral, ao final de 2024, dos investimentos obrigatórios associados à Fase I-B, destinados à adequação da infraestrutura aos normativos e às disposições do Contrato de



Concessão nos 6 (seis) aeroportos que compõem o Bloco Central. Na atual Fase II, a Concessionária passa a operar sob um novo regime contratual, com foco na manutenção, na gestão da infraestrutura aeroportuária e no atendimento contínuo aos padrões de desempenho estabelecidos.

Bens reversíveis

No final do período de concessão, retornam ao Poder Concedente todos os direitos, privilégios e bens adquiridos, construídos ou transferidos no âmbito do contrato de concessão, sem direito a indenizações.

Apesar do contrato de concessão não incluir cláusulas de renovação, a extensão do prazo de concessão pode ocorrer em caso de necessidade de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato pactuado entre as partes.

Os direitos do Poder Concedente de rescindir o contrato de concessão da Companhia incluem o desempenho insatisfatório da concessionária e a violação significativa dos termos do referido contrato.

O contrato de concessão da Companhia poderá ser rescindido por iniciativa da concessionária, no caso de descumprimento das normas contratuais pelo Poder Concedente, tais como, o não pagamento por parte do Poder Concedente conforme estabelecido no contrato, mediante ação judicial especialmente intentada para esse fim. Neste caso, os serviços prestados pela Companhia não poderão ser interrompidos ou paralisados, até a decisão judicial transitada em julgado.

1.1. Outras informações relevantes - Processos judiciais e administrativos-regulatórios e arbitragem relacionados a questões dos contratos de concessão

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos-regulatórios e arbitragens, relacionados a questões do contrato de concessão.

Os processos administrativos-regulatórios são os instrumentos formais pelos quais ocorre a interação entre a Companhia e o Poder Concedente (como uma relação de prestador de serviço com o cliente) a respeito de temas diversos relativos ao contrato de concessão, abrangendo, mas não se limitando a questões que afetam interpretação contratual e o equilíbrio econômico-financeiro da concessão. Tais processos administrativos-regulatórios podem ser iniciados por qualquer das partes, e neles são apresentados e debatidos temas técnicos, regulatórios, contratuais e jurídicos de naturezas diversas sobre a dinâmica da



concessão. Durante a sua tramitação, tais processos trazem posições preliminares ou não definitivas a respeito das expectativas de direito de cada parte solicitante. Decisões administrativas devem ser proferidas observando a legislação própria de regência e os próprios contratos de concessão e, de uma forma geral, podem ser objeto de revisão judicial ou arbitral.

As naturezas dessas discussões contratuais tipicamente envolvem reajustes tarifários, eventos de força maior, modificações no momento de execução ou no escopo de obras previstas no contrato de concessão, controvérsias sobre o cumprimento ou não de requisitos contratuais específicos ou ainda sua forma de mensuração.

Existem incertezas relacionadas à mensuração dos processos regulatórios, dentre elas: (i) o entendimento de cada uma das partes sobre o tema, (ii) negociações ou suas evoluções subsequentes, que alteram substancialmente os valores envolvidos, (iii) a complexidade de mensuração, que comumente envolvem perícias técnicas, (iv) elevada probabilidade de que temas diversos sejam avaliados e solucionados de forma conjunta, pelo respectivo saldo líquido dos pleitos reconhecidos de cada parte, e (v) a forma da liquidação.

As resoluções finais sobre os temas regulatórios podem se dar de diversas formas, não excludentes, tais como: i) recebimento ou pagamento em caixa; ii) extensão ou redução de prazo contratual da concessão; iii) redução ou incremento de compromisso de investimentos futuros, aumento ou redução da tarifa.

Além disso, reequilíbrios recebidos sob a forma de aumento ou redução tarifária são reconhecidos à medida em que o serviço é prestado pela concessionária, assim como, reequilíbrios sob a forma de redução ou aumento de compromissos de investimentos futuros, que, por serem contratos executórios, serão reconhecidos no momento da realização da obra de melhoria da infraestrutura. O acionista e a Administração da Companhia reiteram sua confiança nos procedimentos legais vigentes aplicáveis ao contrato de concessão e avalia o risco de perda das discussões relacionadas a questões regulatórias dos contratos como sendo remoto e/ou sem expectativa de desembolso de caixa.

As demonstrações financeiras não contemplam ajustes decorrentes dessas discussões.



2. Apresentação das demonstrações financeiras

Declaração de conformidade (com relação às Práticas contábeis adotadas no Brasil)

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP).

Em 12 de março de 2026, foi aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia a emissão das demonstrações financeiras.

A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras estão divulgadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção do seguinte item:

- Instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo através do resultado;

Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos apresentados em Reais nestas demonstrações foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas periodicamente pela Administração da Companhia, sendo as alterações reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.



Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas na data da emissão do relatório que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas notas explicativas:

- 7.1. **Provisão para perda esperada:** principais premissas para determinação do risco de crédito;
- 8.2. **Reconhecimento de ativos fiscais diferidos:** disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais poderão ser utilizados;
- 11. **Amortização dos ativos intangíveis:** curva de amortização;
- 16.1. **Provisão para riscos cíveis, trabalhistas, previdenciários e tributários:** determinação de valor suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso; e
- 20. **Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo:** premissas para mensuração do valor justo, com base em dados observáveis.

3. Políticas contábeis materiais

As políticas contábeis materiais descritas têm sido aplicadas consistentemente nos exercícios apresentados nas demonstrações financeiras.

3.1. Moeda estrangeira

Transações com moeda estrangeira

Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional da Companhia pela taxa de câmbio da data do fechamento. Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira, são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações ou nas datas de avaliação ao valor justo, quando este é utilizado, e passam a compor os valores dos registros contábeis em reais destas transações, não se sujeitando a variações cambiais posteriores.

Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos são reconhecidos na demonstração de resultados.



3.2. Receitas de contratos com clientes

É aplicado um modelo de cinco etapas para contabilização de receitas decorrentes de contratos com clientes, de tal forma que uma receita é reconhecida por um valor que reflete a contrapartida a que uma entidade espera ter direito em troca de transferência de bens ou serviços para um cliente.

As cinco etapas mencionadas acima são: (1) identificação de contratos com clientes; (2) identificação das obrigações de desempenho do contrato; (3) determinação do preço de transação; (4) alocação do preço da transação para obrigações de performance e; (5) reconhecimento da receita.

As receitas aeroportuárias são reconhecidas quando da utilização pelos usuários/clientes dos aeroportos.

As receitas não tarifárias, são reconhecidas quando da prestação dos serviços.

Receitas de construção: segundo a ICPC 01 (R1), quando a concessionária presta serviços de construção ou melhorias na infraestrutura, contabiliza receitas e custos relativos a estes serviços, os quais são determinados em função do estágio de conclusão da evolução física do trabalho contratado, que é alinhada com a medição dos trabalhos realizados.

As receitas são reconhecidas no período de competência, ou seja, quando da utilização pelos usuários dos bens públicos objeto da concessão ou quando da prestação de serviço.

Os valores das tarifas são pactuados na celebração do contrato de concessão, que preveem as premissas de reajustes anuais.

Uma receita não é reconhecida se há incerteza significativa na sua realização.

Para maiores detalhes, vide nota explicativa n.º 18.



3.3. Instrumentos financeiros

Reconhecimento e mensuração inicial

As contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, mais ou menos, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado (VJR), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

Classificação e mensuração subsequente

Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.



Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- como os gerentes do negócio são remunerados – por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.



Ativos financeiros - Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa;
- termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente o que pode incluir uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.



Ativos financeiros a custo amortizado Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Ativo financeiro a VJR Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado.

Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando:

- os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram; ou
- transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação em que:
- substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos; ou
- a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.



No desconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.4. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e aplicações financeiras com conversibilidade imediata e risco insignificante de mudança de valor. São recursos mantidos com a finalidade de atender compromissos de curto prazo.

Além dos critérios acima, utiliza-se como parâmetro de classificação, as saídas de recursos previstas para os próximos 3 meses a partir da data da avaliação.

Aplicações financeiras

Refere-se aos demais investimentos financeiros não enquadrados nos itens acima mencionados.

3.5. Custo de transação na emissão de títulos de dívida

Os custos incorridos na captação de recursos junto a terceiros são apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, com base no método do custo amortizado, que considera a Taxa Interna de Retorno (TIR) da operação para a apropriação dos encargos financeiros durante a vigência da operação. A taxa interna de retorno considera todos os fluxos de caixa, desde o valor líquido recebido pela concretização da transação até todos os pagamentos efetuados ou a efetuar, para a liquidação dessa transação.



3.6. Ativo imobilizado

Reconhecimento e mensuração

O ativo imobilizado é mensurado ao custo histórico de aquisição ou construção de bens, deduzido das depreciações acumuladas e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando necessário.

Os custos dos ativos imobilizados são compostos pelos gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição/construção dos ativos, incluindo custos dos materiais, de mão de obra direta e quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condição necessária para que esses possam operar. Além disso, para os ativos qualificáveis, os custos de empréstimos são capitalizados.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos do item do imobilizado a que se referem, caso contrário, são reconhecidos no resultado como despesas.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado apurados pela comparação entre os recursos advindos de alienação com o valor contábil do mesmo são reconhecidos no resultado em outras receitas/despesas operacionais.

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido como tal, caso seja provável que sejam incorporados benefícios econômicos a ele e que o seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção são reconhecidos no resultado quando incorridos.

Depreciação

A depreciação é computada pelo método linear, às taxas consideradas compatíveis com a vida útil econômica e/ou o prazo de concessão, dos dois o menor. As principais taxas de depreciação estão demonstradas na nota explicativa n.º 10.



Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício social e eventuais ajustes são reconhecidos como mudanças de estimativas contábeis.

3.7. Ativos intangíveis

A Companhia possui os seguintes ativos intangíveis:

- Direito de uso e custos de desenvolvimento de sistemas informatizados

São demonstrados ao custo de aquisição, deduzidos da amortização, calculada de acordo com a vida útil.

- Direito de exploração de infraestrutura concedida - vide item 3.12.

Os ativos em fase de construção são classificados como Infraestrutura em construção.

Os ativos intangíveis com vida útil definida são monitorados sobre a existência de qualquer indicativo sobre a perda de valor recuperável. Caso tais indicativos existam, a Companhia efetua o teste de valor recuperável.

3.8. Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou não formalizada constituída como resultado de um evento passado, que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflète as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.

3.9. Receitas e despesas financeiras

Receitas financeiras compreendem basicamente os juros provenientes de aplicações financeiras, mudanças no valor justo de instrumentos financeiros ativos, os quais são registrados através do resultado do exercício e variações monetárias e cambiais positivas sobre instrumentos financeiros passivos.



As despesas financeiras compreendem basicamente os juros, variações monetárias e cambiais sobre passivos financeiros, recomposições dos ajustes a valor presente sobre provisões e mudanças no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado. Custos de empréstimos que não sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis são reconhecidos no resultado do exercício com base no método da taxa efetiva de juros.

3.10. Benefícios a empregados

Planos de contribuição definida

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego, sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos períodos durante os quais serviços são prestados pelos empregados.

Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

3.11. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, considerando a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social no limite de 30% do lucro real.

O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido.

O imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro tributável do exercício, às taxas vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras.



O imposto diferido é reconhecido em relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço, e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver.

Na determinação do imposto de renda corrente e diferido, a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas às posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros deve ser realizado. A Companhia acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada em relação a todos os exercícios fiscais em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas, que levariam a Companhia a mudar o seu julgamento quanto à adequação da provisão existente, tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, relacionados a impostos de renda, lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças temporárias dedutíveis quando for provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais estes serão utilizados, limitando-se a utilização a 30% dos lucros tributáveis futuros anuais.

Os impostos ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias consideram a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentados em estudo técnico de viabilidade aprovado pela administração, que contemplam premissas que são afetadas por condições futuras esperadas da economia e do mercado, além de premissas de crescimento da receita decorrente de cada atividade operacional da Companhia, que podem ser impactados pelas reduções ou crescimentos econômicos, as taxas de inflação esperadas, volume de tráfego, entre outras.



O imposto diferido não é reconhecido para:

- diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil.

3.12. Contratos de concessão de serviços – Direito de exploração de infraestrutura (ICPC 01)

A infraestrutura, dentro do alcance da Interpretação Técnica ICPC 01 - Contratos de Concessão, não é registrada como ativo imobilizado do concessionário porque o contrato de concessão prevê apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao Poder Concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem acesso para construir e/ou operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente nas condições previstas no contrato.

Nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance da ICPC 01, o concessionário atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo.

Se o concessionário presta serviços de construção ou melhoria, a remuneração recebida ou a receber pelo concessionário é registrada pelo valor justo. Essa remuneração pode corresponder a direito sobre um ativo intangível, um ativo financeiro ou ambos. O concessionário reconhece um ativo intangível à medida que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários pela prestação dos serviços públicos. O concessionário reconhece um ativo financeiro na medida em que tem o direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do Poder Concedente pelos serviços de construção.

Tais ativos financeiros são mensurados pelo valor justo no reconhecimento inicial e após são mensurados pelo custo amortizado.

Caso a Companhia seja remunerada pelos serviços de construção parcialmente através de um ativo financeiro e parcialmente por um ativo intangível, então cada componente da remuneração recebida ou a receber é registrado individualmente e é reconhecido inicialmente pelo valor justo da remuneração recebida ou a receber.



O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria em troca do direito de cobrar os usuários pela utilização da infraestrutura. Este direito é composto pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos empréstimos atribuíveis a esse ativo. A Companhia estimou que eventual margem, líquida de impostos, é irrelevante, considerando-a zero.

O direito de exploração da infraestrutura também pode ser oriundo de pagamentos ao Poder Concedente em troca do direito de cobrar os usuários pela utilização da infraestrutura.

Dispêndios realizados na construção de obras de melhorias que não geram benefício econômico futuro são registrados como custo quando incorridos por não atenderem ao critério de reconhecimento de ativo intangível.

Em função do contrato de concessão ser executório, construções de obras de melhoria da infraestrutura são reconhecidas contabilmente apenas quando da sua execução física.

A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com a curva de benefício econômico esperado ao longo do prazo de concessão, tendo sido adotada a curva de tráfego estimada como base para a amortização.

3.13. Adoção inicial de normas novas e alterações

A Companhia adotou, inicialmente, a partir de 1º de janeiro de 2025, novas normas que não produziram impactos relevantes nas suas demonstrações financeiras findas em 31 de dezembro de 2025:

- Alterações ao CPC 02 (R2) - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e CPC 37 (R1) – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade;
- OCPC 10 - Créditos de Carbono (tCO₂e), Permissões de emissão (*allowances*) e Crédito de Descarbonização (CBIO).



3.14. Novas normas ainda não efetivas

Algumas novas normas serão efetivas para exercícios findos após 31 de dezembro de 2025 e não foram adotadas na preparação destas demonstrações financeiras.

Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis

O CPC 51 substituirá o CPC 26 – Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais:

- As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará.
- As medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras.
- Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras.

Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto.

A Companhia ainda está no processo de avaliação do impacto do novo padrão, particularmente com relação à estrutura da demonstração de lucros e perdas da Companhia, a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais exigidas para MPMs. A Companhia também está avaliando o impacto sobre como as informações são agrupadas nas demonstrações financeiras, incluindo itens atualmente rotulados como 'outros'.

Outras Normas Contábeis

As seguintes normas alteradas não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:



- Contratos de eletricidade relacionados à natureza; e
- Classificação e mensuração de instrumentos financeiros.

3.15. Reforma tributária

Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional nº 132, que instituiu a Reforma Tributária sobre o consumo, baseada no modelo de IVA Dual: a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS - Federal) e o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS - Subnacional). Em 16 de janeiro de 2025, foi sancionada a Lei Complementar nº 214/2025 (originada do PLP 68/2024), regulamentando os principais dispositivos do novo regime e do Imposto Seletivo (IS).

A transição para o novo sistema ocorrerá entre 2026 e 2032. Dada a atual fase de transição e a dependência de definições infralegais, os efeitos quantitativos da Reforma na apuração dos tributos ainda não podem ser estimados com precisão. Consequentemente, não houve impactos mensuráveis nestas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025.

A Administração ressalta que o contrato de concessão operado pela Companhia prevê cláusulas de reequilíbrio econômico-financeiro, diferente de impostos sobre a renda. Dessa forma, eventuais aumentos nos custos tributários decorrentes da transição deverão ser objeto de reequilíbrio econômico-financeiro

4. Determinação dos valores justos

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos a seguir. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

- Caixa e bancos

Os valores justos desses ativos financeiros são iguais aos valores contábeis, dada sua liquidez imediata.

- Aplicações financeiras



O valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado é apurado por referência aos seus preços de fechamento na data de apresentação das demonstrações financeiras.

- Passivos financeiros não derivativos

O valor justo determinado para fins de registro contábil e/ou divulgação é calculado baseando-se no valor presente dos fluxos de caixa futuros projetados. As taxas utilizadas nos cálculos foram obtidas de fontes públicas (B3 e Bloomberg).

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma. Os diferentes níveis foram definidos a seguir:

- Nível 1: preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2: *inputs*, diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e
- Nível 3: premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

5. Gerenciamento de riscos financeiros

5.1. Visão geral

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- a) Risco de crédito;
- b) Risco de taxas de juros e inflação;
- c) Risco de taxas de câmbio; e
- d) Risco financeiro e liquidez.

A seguir, estão apresentadas as informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados e os objetivos, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco e capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas demonstrações financeiras.



a) Risco de crédito

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, adota-se como prática a análise das situações financeira e patrimonial das contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto, que potencialmente sujeitam as investidas à concentração de risco de crédito. No que tange às instituições financeiras, somente são realizadas operações com instituições financeiras de baixo risco, avaliadas por agências de *rating*. Detalhamentos a esse respeito podem ser obtidos nas notas explicativas n.ºs 6, 7, 9, 14, 15 e 20.

b) Risco de taxas de juros e inflação

Decorre da possibilidade de sofrer redução nos ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros.

A Companhia está exposta a taxas de juros flutuantes, principalmente relacionadas às variações do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) relativos as debêntures. As taxas de juros nas aplicações financeiras são em sua maioria vinculadas à variação do CDI. Detalhamento a esse respeito podem ser obtidos nas notas explicativas n.ºs 6, 9, 14, 15 e 20.

c) Risco de taxas de câmbio

Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas para a aquisição de equipamentos e insumos no exterior, bem como para a liquidação de passivos financeiros.

Para maiores detalhes vide nota explicativa n.º 20.

d) Risco financeiro e liquidez

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Risco de liquidez é o risco de que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. Para mitigar os riscos de liquidez e



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

otimizar o custo médio ponderado do capital, são monitorados permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices (*covenants*) previstos em contrato de debêntures. A Administração avalia que a Companhia goza de capacidade para manter a continuidade operacional dos negócios, em condições de normalidade.

Informações sobre os vencimentos dos instrumentos financeiros passivos podem ser obtidas nas respectivas notas explicativas.

O quadro seguinte apresenta os passivos financeiros não derivativos, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual de vencimento. Esses valores são brutos e não descontados, e incluem pagamento de juros contratuais:

	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 3 e 4 anos	Entre 3 e 4 anos	Acima de 4 anos
Financiamentos (a)	30.853	31.850	30.914	29.714	346.571
Debêntures (a)	61.165	64.118	67.528	69.295	1.449.477
Fornecedores e outras obrigações	22.856	813	-	-	-
Contas a pagar a partes relacionadas	1.419	-	-	-	-

(a) Valores brutos dos custos de transação.

6. Caixa e equivalentes de caixa e Aplicações financeiras

Caixa e equivalentes de caixa	2025	2024
Caixa e bancos	382	1.011
Aplicações financeiras enquadradas como equivalentes de caixa (a)	4.169	54.373
Total	4.551	55.384
Aplicações financeiras	2025	2024
Circulante	26.145	-
Fundos de investimentos e CDB (a)	15.058	-
Conta reserva (b)	11.087	-
Não circulante	22.987	3.139
Conta reserva (b)	22.987	3.139
Total	49.132	3.139



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As aplicações financeiras foram remuneradas à taxa média de 99,58% do CDI, equivalente a 14,25% a.a., em 31 de dezembro de 2025 (99,07% do CDI, equivalente a 10,77% a.a., em média, em 31 de dezembro de 2024).

- (a) Compreende substancialmente aplicações em fundo de investimento exclusivo e CDB; e
- (b) Destinada a atender obrigações contratuais de longo prazo relacionadas a empréstimos (nota explicativa n.º 14).

7. Contas a receber

7.1. Contas a receber líquidas

	2025	2024
Circulante	33.950	33.145
Contas a receber das operações (a)	36.851	35.733
Provisão para perda esperada (b)	(2.901)	(2.588)
Não circulante	984	62
Contas a receber das operações (a)	984	62
Total	34.934	33.207

- (a) Créditos a receber decorrentes de tarifas aeroportuárias, tais como tarifas de embarque, conexão, pouso, permanência, armazenagem, capatazia e créditos a receber decorrentes de receitas não tarifárias tais como estacionamento, locação de espaço físico, direito de acesso ao terminal e outros serviços de apoio; e
- (b) Reflete a perda esperada das operações, referentes aos créditos a receber citados no item (a).

7.2. Aging do contas a receber

Idade de vencimentos dos títulos	2025	2024
Créditos a vencer	33.573	31.975
Créditos vencidos até 60 dias	1.113	1.000
Créditos vencidos de 61 a 90 dias	248	232
Créditos vencidos de 91 a 180 dias	381	546
Créditos vencidos há mais de 180 dias	2.520	2.042
Total	37.835	35.795

Concessionária do Bloco Central S.A.



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Imposto de renda e contribuição social

8.1. Conciliação do imposto de renda e contribuição social - diferidos

A conciliação do imposto de renda e contribuição social registrada no resultado é demonstrada a seguir:

Conciliação do imposto de renda e contribuição social	2025	2024
Prejuízo (lucro) antes do imposto de renda e contribuição social	(18.834)	45.872
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal (34%)	6.404	(15.596)
Efeito tributário das adições e exclusões permanentes		
Despesas indedutíveis	(344)	(300)
Remuneração variável de dirigentes e estatutários	(12)	(21)
Atualização monetária sobre créditos tributários (Selic)	108	110
Outros ajustes tributários	-	35
Despesa de imposto de renda e contribuição social	6.156	(15.772)
Impostos diferidos	6.156	(15.772)
Alíquota efetiva de impostos	32,69%	34,38%

8.2. Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm as seguintes origens:

	2025	2024
Ativo	86.745	75.469
IRPJ e CSLL sobre prejuízos fiscais e bases negativas (a)	81.273	70.309
Provisão para participação nos resultados (PLR)	2.470	2.720
Provisão para perda esperada - contas a receber das operações	987	880
Pré-operacionalidade	291	540
Tributos com exigibilidade suspensa - Pis e Cofins	1.083	612
Outros	641	408
Compensação de imposto ativo	(40.885)	(35.765)
Impostos ativos após compensação	45.860	39.704
Passivo	(40.885)	(35.765)
Capitalização de juros	(36.276)	(31.171)
Custo de transação de empréstimos	(4.609)	(4.594)
Compensação de imposto passivo	40.885	35.765
Impostos passivos após compensação	-	-
Imposto diferido líquido	45.860	39.704
Movimentação do imposto diferido	2025	2024
Saldos em 1º de janeiro	39.704	55.476
Reconhecimento no resultado	6.156	(15.772)
Saldos em 31 de dezembro	45.860	39.704



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (a) A Companhia estima recuperar o crédito tributário decorrente de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social nos seguintes exercícios, podendo a recuperação ser realizada em prazo diferente, em função de eventuais reorganizações societárias e de estrutura de capital:

	2025
2027	210
2028	-
2029	3.758
2030	10.051
2031	15.540
2032 em diante	51.714
Total	81.273

9. Partes relacionadas

Os saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, assim como as transações que influenciaram os resultados dos exercícios findos nesse período, relativos às operações com partes relacionadas, decorrem de transações entre a Companhia, sua controladora, profissionais-chave da administração e outras partes relacionadas.

	2025				2024			
Saldos	Controladora	Controladora indireta	Outras partes relacionadas	Total	Controladora	Controladora indireta	Outras partes relacionadas	Total
Ativo	19	133	354	506	-	21	981	1.002
Bancos conta movimento	-	-	319	319	-	-	930	930
Contas a receber	19	133	35	187	-	21	51	72
Passivo	-	1.355	64	1.419	-	23.622	79	23.701
Fornecedores e contas a pagar	-	1.355	64	1.419	-	23.622	79	23.701

	2025				2024			
Transações	Controladora	Controladora indireta	Outras partes relacionadas	Total	Controladora	Controladora indireta	Outras partes relacionadas	Total
Custos / despesas - benefício da previdência privada de colaboradores	-	-	(280)	(280)	-	-	(323)	(323)
Custos / despesas - benefício em vales a colaboradores	-	-	(5.059)	(5.059)	-	-	(4.856)	(4.856)
Custos / despesas - serviços de suporte e manutenção de tecnologia	-	-	-	-	-	-	(798)	(798)
Custos / despesas - serviços de transmissão de dados	-	-	-	-	-	-	(22)	(22)
Custos / despesas - serviços especializados e consultorias	-	-	-	-	-	-	(132)	(132)
Custos / despesas - infraestrutura utilizada	-	-	(799)	(799)	-	-	(887)	(887)
Custos / despesas - seguros	-	-	-	-	-	-	(7)	(7)
Ressarcimento - outros gastos gerais	(40)	-	-	(40)	-	-	2	2
Despesas de prestação de garantias em emissões de dívidas	-	(10.004)	(517)	(10.521)	-	(9.045)	(1.365)	(10.410)
Despesas financeiras - juros e variações monetárias	-	-	(65)	(65)	-	-	(71)	(71)
Receitas de aplicações financeiras	-	-	18	18	-	-	457	457
Receita de venda de ativo imobilizado	-	-	193	193	-	-	-	-
Receita de prestação de serviço de partes relacionadas	-	-	170	170	-	-	330	330
Repasse de custos e despesas - CSC	-	(15.898)	-	(15.898)	-	(14.816)	-	(14.816)
Repasse de custos e despesas de colaboradores	(825)	13	(64)	(876)	(763)	(132)	201	(694)
Imobilizado/intangível	-	-	(253)	(253)	-	-	89	89

Concessionária do Bloco Central S.A.



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9.1. Profissionais-chave da administração

Despesas com profissionais-chave

	2025	2024
Remuneração (a)	-	243
Outros benefícios:	-	243
Complemento de provisão de PPR do ano anterior (b)	-	243

Na Assembleia Geral Ordinária (AGO) realizada em 22 de abril de 2025, foi fixada a remuneração anual dos membros do conselho da Administração e diretoria da Companhia de até R\$ 1.000, incluindo honorários, eventuais gratificações, seguridade social e benefícios.

- (a) Contempla o valor total de remuneração fixa e variável atribuível aos membros da Administração e Diretoria (conselho de administração e diretoria não estatutária); e
- (b) Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, foram efetuados pagamentos de PPR no montante de R\$ 243.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foi repassado através de rateio da Controladora Indireta o montante de R\$ 1.767, referente as despesas e pagamentos de PPR com profissionais chave, não há outras remunerações da Administração.

9.2. Taxas contratuais de transações com partes relacionadas

Taxa remuneração - garantia em emissão de dívidas	2025	2024
1,00% a.a.	(10.004)	(9.045)

Concessionária do Bloco Central S.A.



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Ativo Imobilizado e imobilizações em andamento

	Imobilizado				Imobilizações em andamento	Total imobilizado
	Móveis e utensílios	Máquinas e equipamentos	Veículos	Instalações e edificações	Total em operação	
Saldo em 1º de janeiro de 2024	61	1.851	2.708	-	4.620	10.882
Adições	-	-	-	-	1.256	1.256
Baixas	-	(49)	-	-	-	(49)
Transferências	81	2.402	435	-	(2.918)	-
Reclassificação entre imobilizado e intangível	-	-	-	-	(190)	(190)
Depreciação	(8)	(657)	(912)	-	(1.577)	(1.577)
Outros	-	(77)	(30)	-	(107)	(107)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	134	3.470	2.201	-	4.410	10.215
Custo	146	4.182	3.796	-	8.124	12.534
Depreciação acumulada	(12)	(712)	(1.595)	-	(2.319)	(2.319)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	134	3.470	2.201	-	4.410	10.215
Adições	-	-	-	-	624	624
Baixas	(1)	-	-	-	-	(1)
Transferências	-	1.586	-	1.849	(3.435)	-
Reclassificação entre imobilizado e intangível	-	-	-	-	(1)	(1)
Depreciação	(15)	(900)	(929)	(102)	(1.946)	(1.946)
Outros	-	(94)	-	-	(94)	(94)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	118	4.062	1.272	1.747	1.598	8.797
Custo	145	5.674	3.796	1.849	1.598	13.062
Depreciação acumulada	(27)	(1.612)	(2.524)	(102)	-	(4.265)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	118	4.062	1.272	1.747	1.598	8.797
Taxa média anual de depreciação %						
Em 31 de dezembro de 2025	10	20	24	9		

Foram acrescidos aos ativos imobilizados, custos de empréstimos no montante de R\$ 247 no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 307 no exercício findo em 31 de dezembro de 2024). As taxas médias de capitalização (custo dos empréstimos dividido pelo saldo médio de debêntures) nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 foram de 9,80% a.a. e 4,87% a.a., respectivamente.

11. Intangível e infraestrutura em construção

	Intangível			Infraestrutura em construção	Total do intangível
	Exploração da infraestrutura concedida	Sistemas informatizados	Sistemas informatizados em andamento		
Saldo em 1º de janeiro de 2024	805.152	1.279	2.235	153.786	962.452
Adições	-	-	653	545.656	546.309
Transferências	547.036	1.840	(1.840)	(547.036)	-
Reclassificação entre imobilizado e intangível	-	190	-	-	-
Amortização	(14.706)	(430)	-	-	(15.136)
Outros	(211)	(1)	-	(236)	(448)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	1.337.271	2.878	1.048	152.170	1.493.367
Custo	1.374.374	3.345	1.048	152.170	1.530.937
Amortização Acumulada	(37.103)	(467)	-	-	(37.570)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	1.337.271	2.878	1.048	152.170	1.493.367
Adições	-	-	632	160.683	161.315
Baixas	(20)	-	-	-	(20)
Transferências	243.447	488	(489)	(243.446)	-
Reclassificação entre imobilizado e intangível	-	1	-	1	1
Amortização	(26.246)	(696)	-	-	(26.942)
Outros	(3.265)	-	-	-	(3.265)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	1.551.187	2.671	1.191	69.407	1.624.456
Custo	1.614.540	3.834	1.191	69.407	1.688.972
Amortização Acumulada	(63.353)	(1.163)	-	-	(64.516)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	1.551.187	2.671	1.191	69.407	1.624.456
Taxa média anual de amortização %					
Em 31 de dezembro de 2025	(*)	0			

(*) Amortização pela curva do benefício econômico.

Infraestrutura em construção

O montante de infraestrutura em construção em 31 de dezembro de 2025, refere-se, principalmente, às

Concessionária do Bloco Central S.A.



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

obras detalhadas a seguir:

Principais obras	64.113
Correção de patologias no pavimento - 1ª Intervenção	25.348
Obras contratuais fase 1B	12.020
Revitalização do sistema de sonorização	6.437
Obras de ampliação e modernização dos aeroportos	6.371
Aquisição de ônibus e equipamentos para transporte de passageiros, melhorias em caminhões de combate a incêndio e aquisição de equipamentos para transporte de combustível	2.909
Regularização normativa das câmeras do aeroporto	2.838
Revitalização do sistema de controle de acesso no aeroporto	2.798
Implantação do Teca Goiania	2.309
Desenvolvimento e implantação de sistemas	2.142
Revitalização do sistema APOC (centro de operações aeroportuárias)	941

Foram acrescidos aos ativos intangíveis, custos de empréstimos no montante de R\$ 16.336 no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 81.337 no exercício findo em 31 de dezembro de 2024). As taxas médias de capitalização (custo dos empréstimos dividido pelo saldo médio de debêntures) nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 foram de 9,80% a.a. e 4,87% a.a., respectivamente.

12. Fornecedores

	2025	2024
Circulante	20.438	35.517
Fornecedores e prestadores de serviços nacionais (a)	14.172	23.331
Fornecedores e prestadores de serviços estrangeiros (a)	-	45
Cauções e retenções contratuais (b)	6.266	12.141
Não circulante	386	140
Fornecedores e prestadores de serviços nacionais (a)	-	140
Cauções e retenções contratuais (b)	386	-
Total	20.824	35.657

- (a) Refere-se, principalmente, aos valores a pagar por conta de serviços, materiais e equipamentos relacionados a obras de melhorias, manutenção e conservação; e
- (b) Trata-se de garantia contratual estabelecida com prestadores de serviços, destinada a suprir eventuais inadimplências fiscais e trabalhistas destes prestadores, em decorrência de responsabilidade solidária da Companhia.

Concessionária do Bloco Central S.A.



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Obrigações sociais e trabalhistas

	2025	2024
Circulante	13.890	15.080
Salários e remunerações a pagar	1.546	1.693
Benefícios, gratificações e participações a pagar	7.228	7.995
Encargos sociais e previdenciários	1.686	1.921
Provisão para férias	3.430	3.471
Não circulante	11	75
Gratificações e participações a pagar	11	75
Total	13.901	15.155

14. Empréstimos e financiamentos

Instituições financeiras	Taxas contratuais	Taxa efetiva do custo de transação (% a.a.)	Vencimento final	Custos de transação incorridos	Saldos dos custos a apropriar	2025	2024
BNB - 1º, 2º e 3º desembolsos	6,0323% a.a.	6,4131% (a)	Julho de 2045	230	208	8.193	8.143 (b)
BNB - 1º, 2º e 3º desembolsos	6,5594% a.a.	6,9531% (a)	Julho de 2045	3.593	3.261	128.003	127.194 (b)
BNDES - FINEM I (Subcrédito A - 1º desembolso)	IPCA + 8,052378% a.a.	8,4241% (a)	Outubro de 2047	1.698	1.551	68.312	68.690 (c) (d) (e)
BNDES - FINEM I (Subcrédito A - 2º desembolso)	IPCA + 8,052378% a.a.	8,4850% (a)	Outubro de 2047	1.150	1.080	40.837	- (c) (d) (e)
				Total	6.100	245.345	204.027

	2025	2024
Circulante	10.876	2.164
Financiamentos	11.347	2.544
Custos de transação	(471)	(380)
Não circulante	234.469	201.863
Financiamentos	240.098	206.884
Custos de transação	(5.629)	(5.021)
Total	245.345	204.027

- (a) O custo efetivo destas transações refere-se aos custos incorridos na emissão dos títulos e não considera taxas pós-fixadas, uma vez que a liquidação dos juros e principal dar-se-á no final da operação e na data de cada transação não são conhecidas as futuras taxas aplicáveis. Estas taxas somente serão conhecidas com a fluência do prazo de cada transação. Quando uma operação possui mais de uma série/tranche, está apresentada à taxa média ponderada;

Garantias:

- (b) Fiança bancária;
- (c) Aval/ fiança corporativa da Motiva na proporção de sua participação acionária direta/indireta;
- (d) Garantia real; e
- (e) Fiança corporativa da Motiva em condição suspensiva, no caso de término antecipado do contrato de concessão.

Concessionária do Bloco Central S.A.



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Cronograma de desembolsos (não circulante)	2025
2027	12.303
2028	12.303
2029	12.303
2030	12.303
2031 em diante	190.886
(-) Custo de transação	(5.629)
Total	234.469

A Companhia possui contratos financeiros, como empréstimos e financiamentos, com cláusulas de *cross default* e/ou *cross acceleration*, que estabelecem vencimento antecipado, caso deixe de pagar valores devidos em outros contratos por ela firmados ou caso ocorra o vencimento antecipado dos referidos contratos. Os indicadores são constantemente monitorados a fim de evitar a execução de tais cláusulas. Não há quebra de *covenants* relacionados aos empréstimos e financiamentos.

15. Debêntures

Série	Taxas contratuais	Taxa efetiva do custo de transação (% a.a)	Vencimento final	Custos de transação incorridos	Saldos dos custos a apropriar	2025	2024
3ª Emissão - Série única	IPCA + 6,96% a.a.	7,0561% (a)	Outubro de 2047	6.876	6.267	888.004	850.498 (b) (c) (d) (e)
Total geral					6.267	888.004	850.498

	2025	2024
Circulante	13.575	11.947
Debêntures	13.890	12.241
Custos de transação	(315)	(294)
Não circulante	874.429	838.551
Debêntures	880.381	844.817
Custos de transação	(5.952)	(6.266)
Total	888.004	850.498

(a) O custo efetivo destas transações refere-se à taxa interna de retorno (TIR) calculada considerando os juros contratados mais os custos de transação. Para os casos aplicáveis, não foram consideradas as taxas contratuais variáveis para fins de cálculo da TIR;

Garantias:

- (b) Garantia real;
- (c) Alienação fiduciária;
- (d) Cessão fiduciária de direitos da concessão e creditórios; e

Concessionária do Bloco Central S.A.



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(e) Fiança corporativa dos acionistas na proporção de sua participação acionária até o *completion*.

Cronograma de desembolsos (não circulante)	2025
2027	4.410
2028	7.938
2029	11.026
2030	19.405
2031 em diante	837.602
(-) Custo de transação	(5.952)
Total	874.429

A Companhia possui contratos financeiros de debêntures com cláusulas de *cross default* e/ou *cross acceleration*, que estabelecem vencimento antecipado, caso deixe de pagar valores devidos em outros contratos por ela firmados ou caso ocorra o vencimento antecipado dos referidos contratos. Os indicadores são constantemente monitorados a fim de evitar a execução de tais cláusulas. Não há quebra de *covenants* relacionados às debêntures.

16. Riscos cíveis, administrativos, trabalhistas e previdenciários

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de suas respectivas operações, envolvendo questões trabalhistas, cíveis e tributárias.

16.1. Processos com prognóstico de perda provável

A Administração constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, conforme quadro abaixo, com base em (i) informações de seus assessores jurídicos, (ii) análise das demandas judiciais pendentes, e (iii) experiência anterior referente às quantias reivindicadas:

	Cíveis e administrativos	Trabalhistas e previdenciários	Tributários	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2024	4	51	-	55
Constituição	106	29	16	151
Reversão	(95)	(12)	-	(107)
Pagamentos	(15)	(66)	(16)	(97)
Atualização de bases processuais e monetária	1	4	-	5
Saldo em 31 de dezembro de 2025	1	6	-	7



16.2. Processos com prognóstico de perda possível

A Companhia possui outros riscos relativos a questões cíveis, trabalhistas, previdenciários e tributárias, avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, nos montantes indicados abaixo, para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não determinam sua contabilização.

	2025	2024
Cíveis	418	419
Trabalhistas e previdenciários	461	13
Tributários	6.171	5.468
Total	7.050	5.900

17. Patrimônio líquido

17.1. Capital social

Em 31 de dezembro de 2025, o capital social subscrito da Companhia é de R\$ 935.705, composta por 935.705.000 ações, todas nominativas e sem valor nominal

Em 25 de junho de 2025, houve integralização de capital social no montante de R\$ 61.000, aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária de 25 de junho de 2021.

Em 05 de dezembro de 2025, houve integralização de capital social no montante de R\$ 44.000, aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária de 25 de junho de 2021.

17.2. Plano de Incentivo de Longo Prazo, liquidável em Ações

Em 16 de abril de 2025, houve a outorga de novo Plano de Incentivo de Longo Prazo, com as características e parâmetros de precificação abaixo:

Parcela de Performance

- Quantidade de ações outorgadas - parcela de performance: 27.261 ações;
- Data da outorga: 16 de abril de 2025;

Concessionária do Bloco Central S.A.



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- Preço de exercício (TSR alvo): para cada tranche do plano regular R\$ 11,46, R\$ 10,57 e R\$ 9,58, já para o plano extraordinário R\$ 10,06;
- Volatilidade calculada para cada tranche: 22,69%, 24,45% e 25,79%;
- Taxa de juros livre de risco para cada tranche: 14,20%, 14,00% e 14,12%; e
- Prazo total: para o plano regular serão 2 anos de *vesting* para a 1ª parcela, 3 anos de *vesting* para a 2ª parcela e 4 anos de *vesting* para a 3ª parcela, já para o plano extraordinário serão 5 anos de *vesting*.

Parcela de Retenção

O valor justo da parcela atrelada à retenção, 27.261 ações, foi determinado pelo preço de mercado das ações da Controladora indireta, em 16 de abril de 2025 (data de outorga), de R\$ 12,37, e está condicionada apenas à passagem do tempo e à prestação do serviço por parte dos funcionários.

Os planos outorgados em 2023 e 2024 seguem com as mesmas características divulgadas nas notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023, tendo ocorrido no 1º semestre de 2025, a entrega de 1.935 ações, restando 61.087 ações a serem exercidas à medida que transcorra o período de *vesting*.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foi reconhecido como despesa, em contrapartida a reserva de capital, o montante de R\$ 288.

18. Receitas operacionais líquidas

	2025	2024
Receita bruta	503.525	795.167
Receitas tarifárias	239.980	214.526
Receitas não tarifárias	121.297	107.033
Receitas de construção (ICPC 01 R1)	142.078	473.278
Receita de prestação de serviço de partes relacionadas	170	330
Deduções das receitas brutas	(45.763)	(41.933)
Impostos sobre receitas	(45.274)	(40.196)
Abatimentos	(489)	(1.737)
Receita operacionais líquidas	457.762	753.234



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

19. Resultado financeiro

	2025	2024
Despesas financeiras	(118.335)	(37.997)
Juros sobre debêntures e financiamentos	(85.027)	(63.465)
Variação monetária sobre debêntures e financiamentos	(36.903)	(39.540)
Comissão de fianças partes relacionadas	(10.521)	(10.288)
Comissão de fianças	(1.170)	(3.826)
Capitalização de custo dos empréstimos	16.583	81.644
Arrendamento	(6)	(7)
Variações cambiais sobre fornecedores estrangeiros	(12)	(45)
Taxas, comissões e outras despesas financeiras	(1.279)	(2.470)
Receitas financeiras	12.501	13.083
Rendimento sobre aplicações financeiras	10.862	12.111
Variações cambiais sobre fornecedores estrangeiros	144	3
Juros e outras receitas financeiras	1.495	969
Resultado financeiro líquido	(105.834)	(24.914)

20. Instrumentos financeiros

20.1. Instrumentos financeiros por categoria e hierarquia de valor justo

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo.

		2025	2024
Ativos	Nível	65.817	91.802
Valor justo através do resultado		30.696	58.523
Caixa e bancos	Nível 2	4.551	1.011
Aplicações financeiras	Nível 2	15.058	54.373
Aplicações financeiras - conta reserva	Nível 2	11.087	3.139
Custo amortizado		35.121	33.279
Contas a receber		34.934	33.207
Contas a receber de partes relacionadas		187	72
Passivos	Nível	(1.158.437)	(1.116.027)
Custo amortizado		(1.158.437)	(1.116.027)
Debêntures (a)		(888.004)	(850.498)
Financiamentos (a)		(245.345)	(204.027)
Fornecedores e outras obrigações		(23.669)	(37.801)
Fornecedores e contas a pagar a partes relacionadas		(1.419)	(23.701)
Total		(1.092.620)	(1.024.225)

(a) Os valores contábeis estão líquidos dos custos de transação.



Debêntures mensuradas ao custo amortizado - Caso fosse adotado o critério de reconhecer esses passivos pelos seus valores justos (nível 2), os saldos apurados seriam os seguintes:

	2025		2024	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Debêntures (a)	894.271	809.766	857.058	748.043

(a) Os valores contábeis estão brutos dos custos de transação.

Os valores justos foram calculados projetando-se os fluxos de caixa até o vencimento das operações com base em taxas futuras obtidas através de fontes públicas (ex.: B3, ANBIMA e Bloomberg), adicionados *spreads* contratuais e trazidos a valor presente por taxa pré-fixada (pré-DI), acrescida de componentes de risco de crédito, que considera como *spread* a curva de crédito ANBIMA *triple A* na data base.

20.2. Análise de sensibilidade

As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e as premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises.

A Companhia adotou para os cenários de estresse A e B da análise de sensibilidade, os percentuais de 25% e 50%, respectivamente, os quais são aplicados no sentido de apresentar situação que demonstre sensibilidade relevante de risco variável.

20.2.1. Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros

Abaixo estão demonstrados os valores resultantes das variações monetárias e de juros sobre os contratos de debêntures e aplicações financeiras com taxas pós-fixadas, no horizonte de 12 meses, ou seja, até 31 de dezembro de 2026, ou até o vencimento final de cada operação, o que ocorrer primeiro.

Concessionária do Bloco Central S.A.



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Risco	Exposição em R\$ ^{(4) (5)}	Efeito em R\$ no resultado		
		Cenário provável	Cenário A 25%	Cenário B 50%
IPC-A	(1.145.716)	(125.582)	(138.362)	(151.142)
Efeito sobre debêntures, empréstimos e financiamentos		(125.582)	(138.362)	(151.142)
CDI	53.436	7.820	9.772	11.724
Efeito sobre aplicações financeiras		7.820	9.772	11.724
Total do efeito de ganho / (perda)		(117.762)	(128.590)	(139.419)
Total do efeito líquido de ganhos / (perdas) ⁽¹⁾	CDI ⁽²⁾	14,9000%	18,6250%	22,3500%
	IPC-A ⁽³⁾	4,2600%	5,3250%	6,3900%

(1) As taxas apresentadas acima serviram como base para o cálculo, sendo as mesmas utilizadas nos 12 meses do cálculo:

Nos itens (2) a (4) abaixo, estão detalhadas as premissas para obtenção das taxas do cenário provável:

- (2) Taxa de 31/12/2025, divulgada pela B3;
- (3) Variação anual acumulada nos últimos 12 meses, divulgada pelo IBGE;
- (4) Os valores de exposição não contemplam ajustes a valor justo, não estão deduzidos dos custos de transação e não consideram os saldos de juros em 31/12/2025, quando estes não interferem nos cálculos dos efeitos posteriores; e
- (5) Os cenários de estresse contemplam depreciação dos fatores de risco (CDI e IPCA).

21. Demonstrações dos fluxos de caixa

21.1. Transações que não afetaram caixa

As transações que não afetaram caixa, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, estão apresentadas nas rubricas do fluxo de caixa, as quais estão demonstradas abaixo:

	2025	2024
Efeito no caixa líquido das atividades operacionais	(3.359)	(29.563)
Tributos a recuperar	(3.359)	(319)
Fornecedores	-	(29.244)
Efeito no caixa líquido das atividades de investimentos	3.359	29.563
Adições ao intangível	-	29.244
Outras de ativo imobilizado e intangível	3.359	319



21.2. Atividades de financiamento

A Companhia classifica os juros pagos como atividade de financiamento, por entender que tal classificação melhor representa os fluxos de obtenção de recursos para cumprimento das obrigações do contrato de concessões.

A reconciliação das atividades de financiamento está demonstrada a seguir:

	Capital social	Debêntures, empréstimos e financiamentos	Arrendamento	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2024	(587.310)	(1.054.525)	(94)	(1.641.929)
Variações dos fluxos de caixa de financiamento	(105.000)	43.106	32	(61.862)
Captações (líquidas dos custos de transação)	-	(40.850)	-	(40.850)
Pagamentos de principal e juros	-	83.956	32	83.988
Integralização de capital	(105.000)	-	-	(105.000)
Outras variações que não afetam o caixa	-	(121.930)	(6)	(121.936)
Juros e variações monetárias sobre debêntures	-	(121.930)	-	(121.930)
Reversão do ajuste a valor presente	-	-	(6)	(6)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	(692.310)	(1.133.349)	(68)	(1.825.727)

22. Eventos subsequentes

Em 14 de janeiro de 2026, houve integralização de capital social no montante de R\$ 15.000, aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária de 25 de junho de 2021.

Em 19 de janeiro de 2026, em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia ("AGE"), foi aprovada a redução do capital social subscrito da Companhia, no montante de R\$ 134.000. O capital social subscrito da Companhia passa de R\$ 935.705 para R\$ 801.705.

Em 02 de março de 2026, houve integralização de capital social no montante de R\$ 39.000, aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária de 25 de junho de 2021.

Concessionária do Bloco Central S.A.



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Composição do Conselho de Administração

Waldo Edwin Pérez Leskovar	Presidente
Ana Maria de Castro Rovai	Membro efetivo
Marcus Vinícius Vieira Macedo	Membro efetivo
Monique Henriques Barbato de Souza	Membro efetivo
Rodrigo Siqueira Abdala	Membro efetivo

Composição da Diretoria

Waldo Edwin Pérez Leskovar	Diretor Presidente
Macius Faria Moreno	Diretor

Contadora

Fabia da Vera Cruz Campos Stancatti
CRC 1SP190868/O-0